

Exemplos para a História da Ortografia no Funchal: Da Paisagem Linguística ao Património Linguístico com a Toponímia

Examples for the History of Orthography in Funchal: From
Linguistic Landscape to Linguistic Patrimony with Toponymy

*Helena Rebelo*¹

Resumo

Numa comunidade, como a citadina, há heranças linguísticas de um passado mais ou menos longínquo visíveis no presente, em pleno espaço público. Em gerações consecutivas, os antepassados deixaram registos escritos que são reflexos das mudanças ortográficas ocorridas ao longo do tempo, devido, sobretudo, a opções políticas que alteraram a grafia. Consequentemente, convivem (orto)grafias diferentes num mesmo território porque permanecem marcas de épocas anteriores. Umhas estão mais visíveis do que outras. Algumas encontram-se em espaços interiores, enquanto muitas se situam no exterior como elementos da Paisagem Linguística. Todas são bens patrimoniais, embora as haja menos valorizadas. Porque comportam linguagem verbal, integram, directamente, mas também indirectamente, uma componente de Património Linguístico. Pretende-se observar o caso do Funchal, num percurso não linear pela cidade. Registam-se os dados nas ruas, prestando atenção aos pormenores da paisagem funchalense, seja ela não linguística, linguística ou mista e simbólica. Recolhem-se informações, em especial nas placas toponímicas a indicar artérias e, ainda, nas marcas comerciais

¹ Vide <http://orcid.org/0000-0002-8345-9436> e <https://www.cienciavitaet.pt/> (CIÊNCIA ID: 2F12-B7AA-6E62): Professora Auxiliar na Universidade da Madeira (UMa), é licenciada e mestre pela Universidade de Coimbra. Na UMa, doutorou-se em Linguística Portuguesa e, na Universidade de Aveiro (UA), desenvolveu um pós-doutoramento. É membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas-UA e está ligada ao Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais-UMa, ao Grupo de Estudos da Paisagem. Participa em encontros científicos e tem publicações. Em 2017, recebeu o Prémio Maria Aurora, Funchal. Desde 2019, dirige o Mestrado em Estudos Regionais e Locais da UMa e, desde 2021, é coordenadora do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, na Faculdade de Artes e Humanidades de que é vice-presidente. Contacto: mhrebello@staff.uma.pt.

com publicidade e logótipos coloridos, além de vários sinais, inclusive de trânsito, que revelam particularidades ortográficas. Todos os elementos linguísticos são informativos. Associam-se a indicações de Património Linguístico espalhadas pelos diversos espaços urbanos. Olhando de perto, com atenção, os elementos da paisagem oferecem matéria de estudo linguístico. Neste amplo conjunto de manifestações patrimoniais que surgem na paisagem urbana, pretende-se destacar a História da Ortografia, através de alguns exemplos, com décadas e séculos, colhidos através de fotografia, no Funchal, entre 2019 e 2022. A observação desta amostra constitui, por si, um *corpus*. Dele, extrai-se uma descrição de alguns tópicos relativos à escrita, mais precisamente à representação ortográfica. Os pormenores paisagísticos identificam-se como vestígios de um Património Linguístico directo e indirecto, herdado, mas que a comunidade vai alterando, reconstruindo e também constituindo, para o legar às gerações vindouras, mantendo incongruências e combinações improváveis. As escritas da cidade de ontem renovam-se hoje e perpetuam-se no amanhã. Assim acontece com o Funchal na paisagem e no património linguísticos, nomeadamente na toponímia.

Palavras-chave: História da Ortografia; Paisagem Linguística; Funchal; Toponímia; Património Linguístico.

Abstract

In a community, such as a city, there is linguistic patrimony of a more or less distant past visible in the present, in the middle of the public space. In consecutive generations, ancestors left written records that are reflections of the spelling changes that occurred over time, due, mainly, to political options that altered the spelling. Consequently, different (ortho)spellings coexist in a territory because marks from earlier times remain. Some are more visible than others. Some are found indoors, while many are located outdoors as elements of the Linguistic Landscape. All are heritage assets, although some are less valued. Because they contain verbal language, they are a component of Linguistic Patrimony. It is intended to observe the case of Funchal, in a nonlinear route through the city. The data is registered strolling through the streets and paying attention to the details of Funchal landscape, whether non-linguistic, linguistic or mixed and symbolic. The information is collected, specially, in toponymic plates indicating arteries, and also in trademarks with advertising and painted logos, as well as various elements, including traffic signs, which reveal orthographic particularities. All linguistic elements are informative and associated with indications of Linguistic Patrimony scattered throughout the various urban spaces. Looking closely, the elements of the landscape offer linguistic matter of study. In this wide set of heritage manifestations that arise in the urban landscape, it is intended to highlight the History of Spelling, through some examples, with decades and centuries, collected with photographs in Funchal, between 2019 and 2022. The observation of this samples constitutes, in itself, a *corpus*. From it, a description of some topics related to writing, more precisely the orthographic representation, is done. The landscape details are identified as traces of a direct and indirect Linguistic Patrimony, which is inherited, but that the community changes, reconstructs and also constitutes, to bequeath it to future generations, maintaining incongruities and unlikely combinations. Yesterday's city writings are renewed today and perpetuated

tomorrow. This is the case with Funchal in the linguistic landscape and patrimony, particularly in toponymy.

Keywords: History of Spelling; Linguistic Landscape; Funchal; Toponymy; Linguistic Patrimony.

Considerações Introdutórias

A História da Madeira apresenta-se com diversos rumos de pesquisa, sendo múltiplas as problemáticas e, conseqüentemente, as análises. A nível da Linguística ou dos Estudos Linguísticos, as abordagens são, por conseguinte, também elas plurais, com uma diversificação temática evidente e, por isso, incontornável. Pretende-se abordar o tema da História da Ortografia ligado à investigação no domínio da Paisagem Linguística na cidade do Funchal, observando, acima de tudo, vestígios do Património Linguístico comunitário. Metodologicamente, percorreu-se a cidade para recolher, de modo aleatório, através de registo fotográfico², imagético, em suporte digital, uma amostra visual de inscrições, isto é, documentação escrita, destinada à análise e à reflexão em torno de questões que a Ortografia coloca aos falantes da comunidade. Os exemplos compilados funcionam como provas de que a História também se faz através da História da Língua, que vai ficando perpetuada em inscrições com grafias do passado, mas, concomitantemente, do presente. O património é passado porque é herança, mas é, igualmente, presente porque se constrói, constituindo-se, no agora. O Património Linguístico perpassa nesses fenómenos de mudança e evolução. Com ele, acompanha-se a escrita da(s) língua(s) da comunidade.

Para o efeito, importa perguntar: O que significa “ortografia”? Composto por dois elementos: “orto” (certa) e “grafia” (escrita), o vocábulo remete para uma representação visual, um alfabeto, convencionada e padronizada de uma língua. Nem todos os idiomas têm uma vertente escrita e os que a têm preocupam-se em estabelecer as regras para a sua fixação, a fim de manter uma homogeneidade comunitária. Por conseguinte, com a criação da ortografia, o que se propõe é: escrever escorreitamente, seguindo uma norma estabelecida; centrar-se nas regras da adequação gráfica fixadas numa determinada língua e empregar uma (única) grafia que todos os falantes de uma comunidade linguística usem, sem questionar, porque lhes foi explicada e a aprenderam. Com mais de 800 anos de história, a língua portuguesa apresenta-se com questões de ortografia, entre outras abordadas por diversos linguistas,

² As fotografias inseridas neste artigo são da autora e os anos referidos nos finais dos títulos de todas elas correspondem àqueles em que foram tiradas.

que são tema de discórdia³, no seio da comunidade alargada (comunidade macro), que é constituída por todos os falantes de português no mundo inteiro. Na segunda metade do século XX⁴, o assunto parecia estar resolvido. Com o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* (AO1990), renasceram dúvidas e incertezas, que ficarão marcadas nas vivências quotidianas das populações, sobretudo nas comunidades locais e regionais. A situação será comum por todo o país, no território continental e nas ilhas, para não falar de outros países de língua portuguesa. As grafias variam segundo os falantes e, por exemplo, na toponímia, vão ficando escritas do passado, ultrapassando em muito o caso madeirense, que aqui serve de estudo. Multiplicando-se os exemplos, observe-se apenas a placa toponímica da Praça do Comércio de Coimbra: PRAÇA DO COMMERCIO (cf. Fotografias 1a e 1b).

Fotografias 1a e 1b – Placa toponímica em Coimbra, 2019



³ Vejam-se, por exemplo, as seguintes publicações: CASTELEIRO *et al.*, 2007, *Atual: O Novo Acordo Ortográfico*; CASTRO *et al.*, 1987, *A Demanda da Ortografia Portuguesa*.

⁴ O *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945* foi estabilizando a situação, embora continuassem as divergências de posições. O AO1990 teve (e continua a ter) consequências profundamente desestabilizadoras. Aliás, comprova-se pela Paisagem Linguística em estudo.

Uma língua, enquanto um dos primeiros monumentos nacionais e, portanto, comunitários, é um bem patrimonial em si mesmo e deveria merecer alguma atenção especial. Porém, no conjunto, sobressai um certo desinteresse quer por parte das entidades institucionais, quer por parte dos falantes individualmente, que, na escrita, não revelam ter a noção da importância dos pormenores gráficos, nomeadamente dos sinais, sobretudo a nível da acentuação. Ignoram, quase por completo, o valor diferenciador desses elementos, do mesmo modo que ignoram a História da Língua, embora as publicações dedicadas ao assunto sejam múltiplas e destinadas a um público diversificado⁵. Muitos nunca ouviram falar das primeiras gramáticas, surgidas no século XVI, ou em relíquias livrescas para o estudo da língua. Quem leu as crónicas de Fernão Lopes ou a obra emblemática de Gaspar Frutuoso? A grafia das placas toponímicas de arruamentos do Funchal são um claro exemplo dessa desatenção relativamente à escrita: a acentuação gráfica e os sinais de todo o género, incluindo o ponto a indicar uma abreviatura, mudam segundo o gosto de quem concebeu ou concretizou essas inscrições identificadoras para a localização das pessoas no meio urbano. Por que razão haverá tanta inconstância na grafia urbana, inclusive nas placas que fixam a língua viva no seio da comunidade? É uma questão de fundo para a qual não é fácil encontrar resposta adequada.

1. História da Ortografia do Português: Uma Síntese

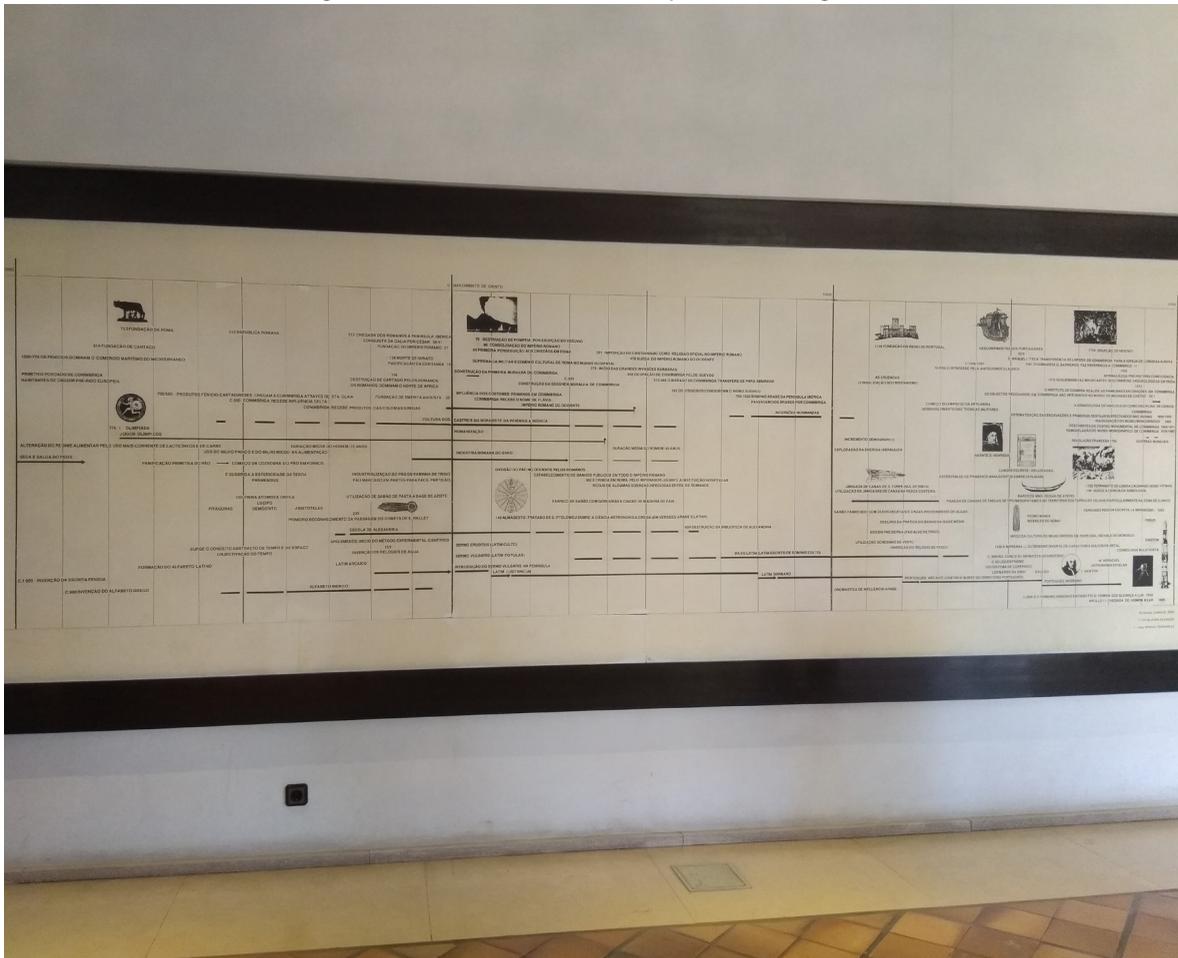
A escrita das línguas tem história. Na História da Humanidade, a invenção da escrita remontará à Suméria, na Mesopotâmia, a cerca de 4000 anos antes de Cristo. A sua evolução foi passando por diversas fases até chegar ao presente. Está estabelecido que a escrita fenícia⁶ datará de cerca de 1000 anos antes de Cristo, a do alfabeto grego de 900 anos antes de Cristo, à qual se seguirá a formação do alfabeto latino (cf. Fotografias 2a e 2b), o que se usa para escrever em português. A escrita, ou melhor, a ortografia, da língua portuguesa também possui uma história. A fim de a sintetizar, abordam-se os períodos por que passou, ilustrando-a com uma amostra de inscrições que se recolheram na Paisagem Linguística do Funchal

⁵ Cf., por exemplo, TEYSSIER, 1980, *História da Língua Portuguesa*; CASTRO, 1991, «A língua portuguesa no tempo e no espaço»; CASTRO, 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*; WALTER, 1996, «O Português»; VENÂNCIO, 2019, *Assim Nasceu uma Língua – Sobre as Origens do Português*.

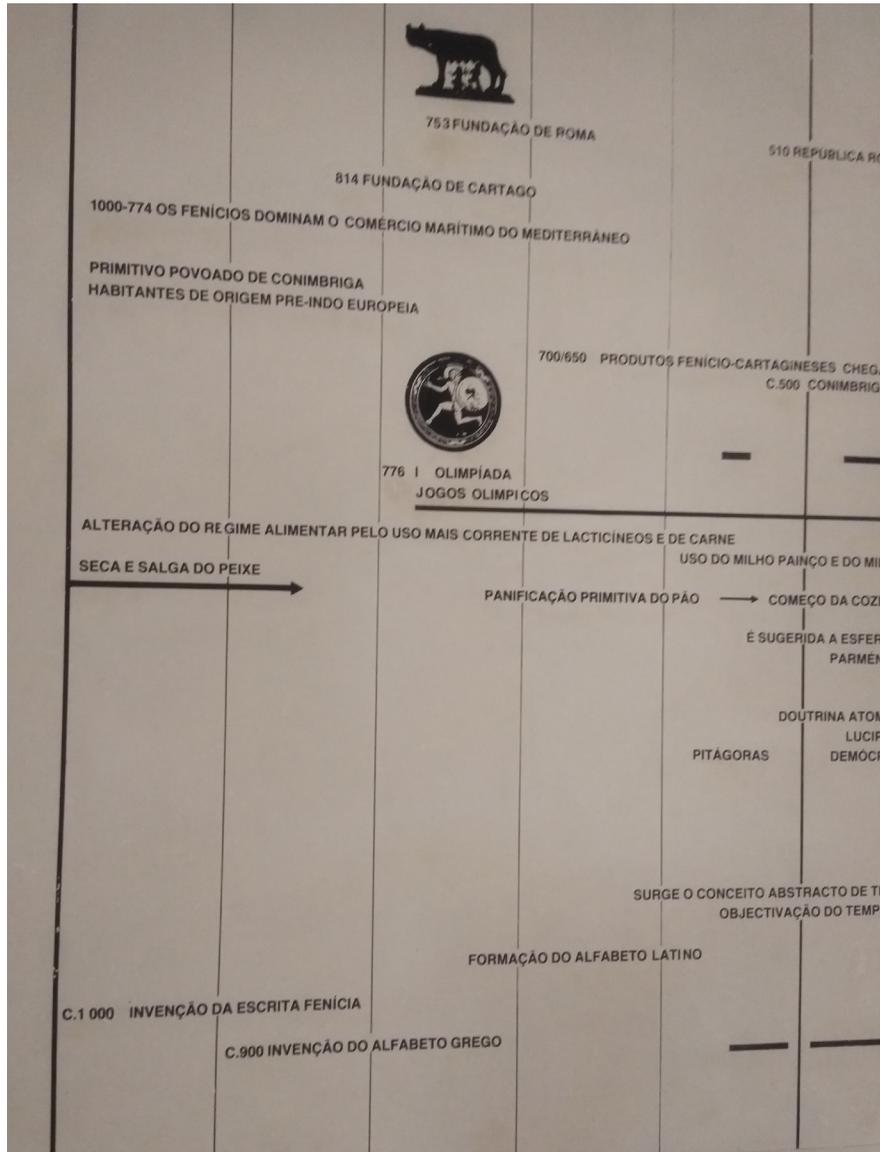
⁶ Cf. o painel cronológico de Fernando Lanhas datado de 1985 e elaborado com a colaboração de Adília Alarcão e Octávio Filgueiras, presente no Museu de Conímbriga.

interligada ao Património Linguístico, nas mais diversas componentes, acima de tudo a toponímia, mas ainda publicidade, propaganda, informação, nomes comerciais, mobiliário urbano, etc. Sintetiza-se a História da Ortografia Portuguesa a partir de Vázquez Cuesta e Luz (1988)⁷. Expuseram-na numa obra destinada a falantes de língua castelhana e traduzida para português. De modo bastante consistente, dividiram-na em três períodos históricos: 1.º fonético (século XII – finais do século XV), interessando à Madeira desde 1419-1420; 2.º etimológico (século XVI – inícios do século XX) e 3.º reformas ortográficas (início em 1916). A caracterização de cada uma destas fases é condensada sinteticamente, retomando-se cada uma com breves comentários.

Fotografias 2a e 2b – Linha do Tempo, Conímbriga, 2021



⁷ VÁZQUEZ CUESTA e LUZ, 1988, *Gramática da Língua Portuguesa*, pp. 335-341.



O Período Fonético estende-se por séculos e contempla, *grosso modo*, o Português Antigo ou Arcaico (incluindo o Português Médio ou Pré-Clássico⁸). Evidencia a importância dos escrevões – os que escreviam não eram muitos – cuja inovação figura na grafia dos sons das novas palavras, as dos romances, porque estes fones não existiam em latim (cf. as vogais nasais e as palatalizações, estas representadas, por exemplo, por: , <l>, <ll> e <ni>, <n>, <nn>). Assim, seguem velhas grafias e criam outras como <ch>, <nh>, <lh>, <~>, mas a variação gráfica é tão intensa que segue de acordo com as escolhas de cada escrevão. O fenómeno designado por “polimorfismo”

⁸ Cf. CASTRO, 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*.

manifesta a falta de uniformização linguística a nível gráfico e do significante. Procurando fazer corresponder a grafia à fonia, os exemplos de letras e grafemas para um fonema são muitos. É o caso de <qu> e <c> para /k/ (cinco/cinco), <gu> e <g> para /g/ (amigua/amiga, algem/alguém), <i> e <y> – com também <j> – para /i/ (lyvro/livro), <m> e <n>, além de <~>, (cimco/cinco, hõe/home/homem). Ademais, há, entre muitos outros casos, o aparecimento de <h> a <desfazer> um hiato, evidenciando-se em <teudo>/<tehudo> (forma arcaica de <tido>), a geminação de vogais como em <poboo> (povo) ou <cree> (crê) e a geminação de consoantes como em <cavallo> (cavalo). Este período é caracterizado, genericamente, por haver uma associação predominante entre a fonética – a fala expressa na oralidade com realce para as pronúncias – e a grafia. A escrita da língua segue o registo oral individual, sabendo-se que o latim era a língua de referência e a da alfabetização. Recorde-se que o primeiro texto oficial escrito em português, ou melhor, aquele a partir do qual se estabelece a existência da língua, embora o galaico-português seja a sua origem, é o Testamento de D. Afonso II de 1214. Assumiu o texto – dois exemplares subsistiram até hoje – a sua versão oral de rascunho, já que a língua latina seria a oficial. O galaico-português é língua que deriva do latim e resiste na faixa ocidental da Península Ibérica, no período histórico em questão. Contudo, por razões diversas, sobretudo políticas, o galego e o português, dele oriundos, vão fazer caminhos paralelos, muito próximos, com constantes pontos de contacto, com a ortografia a manifestar, concomitantemente, semelhanças e diferenças entre ambos. Este tema não é o tratado aqui⁹, mas é de lembrar que a Galiza era a terra natal de Pilar Vázquez Cuesta, uma das autoras da gramática referida para traçar a História da Ortografia da Língua Portuguesa.

O Período Etimológico está balizado entre o século XVI – a época das primeiras gramáticas, nomeadamente a de Fernão de Oliveira de 1536 e a de João de Barros de 1540 – e os inícios do XX. Recobre a fase do Português Clássico e vai até à do Português Moderno, sendo lembrado como o momento histórico do recurso às ortografias grega e latina, deixando-se de valorizar a pronúncia e a fonética. Portanto, a escrita afasta-se das articulações individuais. A invenção da imprensa não é alheia a esta escolha pela etimologia para a grafia. Escritores, editores e impressores, de certo modo com uma instrução mais vasta que os escrivães e copistas medievais procuram ir à raiz. Se no Período Fonético a instabilidade da adaptação da fonia à grafia é uma constante, no Etimológico, como a própria palavra o indica, há uma dinâmica estabilizadora da escrita (embora não se possa falar ainda em “ortografia”) porque o latim (lat.) e o

⁹ Não se opta por nenhuma das duas tendências existentes: a separatista e a integracionista, quanto ao galego e ao português.

grego (gr.) dão consistentes bases essenciais, a dos étimos, ultrapassando as opções individualizadas. Assim, manifesta-se, nos textos escritos (impressos), a proliferação de <ch> [k] (eschola-escola), <ph> [f] (phrase-frase), <rh> (rhetorico-retórico), <th> (theatro-teatro) e <y> (gr.) (estilo-estilo). Os grupos <ct>, <gm>, <gn>, <mn> e <mpt> (lat.) surgem recorrentemente como em <fructo> (fruto), <augmento> (aumento), <signal> (sinal), <somno> (sono), <prompto> (pronto). As consoantes geminadas, algumas etimológicas como *buccam* > *bocca* > *boca* ou *sagittam* > *setta* > *seta* e outras não etimológicas como em *oceanum* > *occeano* > *oceano* persistem. Anota-se, nesta fase, a substituição de <-s> final por <-z>, como nos exemplos <portuguez> (português), <mez> (mês), <simplez> (simples). Os autores que vão pensando e opinando sobre as questões de grafia (com preocupações do plano “orto”) são vários. No século XVII, por um lado, em Vázquez Cuesta e Luz (1987), destaca-se João Franco Barreto com a obra *Ortographia da Lingua Portuguesa*, 1671. Vai avançar com duas orientações que acabaram por se fixar: 1 – acentuação gráfica (para indicar grau de abertura das vogais) e 2 – as grafias <-ão> e <-am> para ditongo final acentuado ou átono (como em “amarão” e “amaram”). Por outro lado, as autoras da gramática sublinham a posição de Bento Pereira em *Ars Grammaticae* de 1672, escrita em latim. Expõe duas propostas relevantes: 1 – o emprego distinto de <i>/<j> e de <u>/<v> (em latim, tinham correspondência) e 2 – é contrário ao emprego das consoantes duplas iniciais e das vogais geminadas, defendendo a sua redução. No século XVIII, a intensificação da polémica acentua-se com defensores das duas tendências da escrita, mas prevalece a corrente etimológica. São vários os seus defensores. As duas autoras lembram, entre outros nomes e publicações, João de Morais Madureyra Feijó, com *Ortographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*, 1734, que apresenta uma obra de grande influência. No século XIX, diversos pensadores sublinham as incongruências e a falta de fixação da grafia da língua. O português continuava a ser uma língua escrita sem ortografia. Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos, alemã nascida em Berlim, em 1851, e que viveu no Porto, onde ensinou, assim como em Lisboa, tê-lo-á evidenciado: «Em Portugal não há, nem houve nunca ortografia oficial uniforme. Só ortografias variadas mais ou menos inçadas de erros, contradições, dislates, caprichos e idiosincrasias pessoais», isto segundo Alves¹⁰. O problema tinha anos e anos, até que, no século XX, com o primeiro governo republicano, a ortografia do português passa por alterações substanciais. Por essa razão, Vázquez Cuesta e Luz designam esta fase como a das reformas.

¹⁰ Cf. ALVES, 1993, *O Novo Acordo Ortográfico*.

O Período das Reformas Ortográficas leva à opção pela corrente fonética, sem se seguir totalmente, predominando a simplificação pela vontade de escolarização da população. Em 1911, o Governo Português nomeia uma Comissão de Filólogos, incluindo Gonçalves Viana, considerado o primeiro foneticista português. A finalidade da Comissão é a de definir as bases para a «nova ortografia» e o foneticista já tinha andado a estabelecê-las, no sentido de resolver a “complicadíssima” grafia arbitrária que vigorava. No ano de 1916, em Portugal, dá-se a implementação oficial da Nova Ortografia que, em 1927, sofre pequenas alterações, tentando acabar com o predomínio das influências grega e latina. Retoma antigas formas medievais, fixando-as, mas procura afastá-las do polimorfismo. Por vontade de uniformização de entidades brasileiras e aceitação das portuguesas, seguiram-se vários anos de negociações entre Brasil e Portugal, sobretudo na década de 40 (1940, 1943, 1945) e nas de 80-90 (1986-1990). Pode afirmar-se que ainda não tem solução porque, na prática, não existe uma ortografia, mas duas, mesmo se as novas tecnologias, nomeadamente os computadores com revisores automaticamente inseridos em programas de escrita de texto como o Word, dão primazia à ortografia brasileira. Há exemplos que falam por si como “Antônio”, “hegemônico”, “contato”, “fato”, “estresse”, etc., que surgem automaticamente, mesmo nos teclados “inteligentes” dos telemóveis, em vez de “António”, “hegemónico”, “contacto”, “facto”, “stress”. Em 1940, Rebelo Gonçalves publica o *Vocabulário Ortográfico*, em Portugal, e, no ano de 1943, a Academia Brasileira de Letras edita *Pequeno Vocabulário Ortográfico*. As duas obras têm tendências diferentes, principalmente nos acentos gráficos, embora resultem de um acordo comum, em 1931. Foram necessárias mais reuniões e negociações para, em 1945, haver concessões das duas delegações e se dar a assinatura do convénio luso-brasileiro ou Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945 (AO1945). A tentativa de fixação da ortografia do português resulta da procura da uniformização da ortografia dos dois lados do Atlântico e não é aceite, no Brasil, nem pela imprensa, nem pela população em geral. Aliás, os políticos também não o valorizam: a própria Constituição Brasileira de 1946 não o segue e a Assembleia Legislativa brasileira derrogou o Decreto-Lei, voltando à ortografia de 1943, isto é, a do *Pequeno Vocabulário Ortográfico*.

A situação levou ao AO1990, cujas alterações continuam a causar controvérsia, se se leu o texto desse suposto acordo, e confusão, se não se leu. Esta predomina e os falantes vão, como no passado, escrevendo consoante o que lhes é mais conveniente. O que mudou com o AO1990 não lhes desperta grande interesse, não reconhecendo a língua como um dos principais monumentos nacionais, identificadores porque essenciais para as vivências quotidianas em comunidade. Assim, os cinco tópicos com

alterações incisivas de 1990: as letras do alfabeto, as consoantes mudas, os acentos gráficos, o hífen e as maiúsculas/minúsculas continuam a não gerar consenso, não havendo, por conseguinte, qualquer uniformização, unificação, ortográfica, nem nenhum português (P) escrito unificado, já que, agora, as diferenças não são apenas entre a escrita do PE (Português Europeu) e do PB (Português do Brasil) (PE/PB), mas envolvem as outras comunidades: Português de Angola, Português de Cabo Verde, etc. No seio de uma comunidade micro, isto é, no interior de uma macro, como sucede, por exemplo, na cidade do Funchal, assim como em qualquer outra parte, as opções vão surgindo, aparecendo uma língua com grafia variável. Por conseguinte, o AO1990 aumenta o número de letras do alfabeto português, mas continuam a considerar-se estrangeirismos casos em que as letras <k>, <w> e <y> ocorrem. Não resolveu as diferenças com algumas consoantes, chamadas mudas, que, para os mesmos vocábulos, se escrevem e não se escrevem. Deixou a situação da acentuação gráfica ainda mais complexa do que já estava e, por vezes, os acentos gráficos desaparecem, mas a clareza das situações não é evidente. Sucede de igual modo com o hífen que é suprimido e é usado, sem se perceber a diferença. Também não simplificou, bem pelo contrário, a representação das letras. Os falantes deixaram de perceber os casos em que se usam minúsculas em vez de maiúsculas. As dúvidas perpassam na Paisagem Linguística e comprova-se que a flutuação, com a persistente instabilidade gráfica, obrigará a outros acordos ortográficos, procurando com muita dificuldade pôr cobro às incoerências levantadas pelo texto de 1990. A população vai escrevendo sem saber como se orientar e isso está bem patente na Paisagem Linguística do Funchal, tanto no âmbito público, como privado. Exemplos da toponímia dão conta das dúvidas de escrita dos falantes do passado ao presente. A História da Ortografia pode fazer-se ao andar pelo Funchal, quer no centro – o coração da cidade – quer nas zonas altas. A Paisagem Linguística do Funchal permite encontrar exemplos que remetem quer para a fase que privilegia a Fonética, como para a que opta pela Etimologia, mas a maior reflexão surge em torno das questões de ortografia da língua portuguesa desde o século XX. As marcas do presente ficarão no futuro, como permaneceram as do passado. É a História.

2. Paisagem Linguística: Exemplos Presentes e Passados

A Paisagem Linguística do Funchal dá a ler a cidade, que concentra aproximadamente metade da população da Região Autónoma da Madeira. Por vezes, está meio escondida e apenas quem a procura a avista, encontrando texto escrito para se localizar no espaço, nomeando-o através do que lê, se não se conseguir situar. Como já

se tem vindo a afirmar¹¹, a paisagem é, por princípio, não linguística, em particular quando é panorâmica, mas é evidente que a paisagem urbana se torna linguística ao perto, quando se vê que há letras e se consegue, literalmente, ler a paisagem. Posto isto, até que ponto é possível observar a História da Ortografia da Língua Portuguesa, ao deambular pela cidade? É viável. Aliás, o mesmo procedimento se poderia aplicar a outras localidades, o que é consensual (cf. Fotografias 1a e 1b: exemplo de Coimbra). Contudo, o estudo de caso é o Funchal, localidade a merecer interesse e investigação. António Aragão, cujo centenário se celebrou em 2021, em algumas obras¹² revela a dinâmica da história citadina e realça a sua importância enquanto capital regional.

No geral, a urbe funchalense tem duas faces indissociáveis que associa na perfeição. Por um lado, apresenta-se moderna, na vanguarda nomeadamente do mobiliário urbano e com, por exemplo, painéis publicitários de vários tipos e técnicas sofisticadas. Por outro, espelha o seu lado antigo, não sendo obra do acaso a designação “a zona velha da cidade” para uma parte substancial do seu centro, que é a sua origem. A Paisagem Linguística acompanha estas duas faces, juntando, em plena área central, por exemplo, um teleférico e ruínas “descobertas” após a aluvião de 2010. Liga o passado e o presente, ou melhor, no presente descobrem-se marcas do passado. Placas e indicações toponímicas atestam as combinações. Desde o Código Administrativo de 1878 que as câmaras terão a incumbência de atribuir nomes aos lugares, com as parcelas de arruamentos, que administram. Por isso, toda a toponímia funchalense oficial foi atribuída desde então, ao longo dos anos, à medida que a cidade se ia alargando e se abriam novas vias. Por exemplo, a rua Silvestre Quintino de Freitas ficou com o nome da pessoa que doou o terreno para que se criasse o acesso. Embora seja uma temática muito relevante para os Estudos Linguísticos, não se pretende explicitar a significação dos topónimos funchalenses¹³ e também não se propõe uma análise, concomitantemente geral e específica, da toponímia da localidade, como Thierry Proença dos Santos empreendeu para Machico¹⁴. Almeja-se, tão somente, dar conta de vestígios de um Património Linguístico através de registos escritos na Paisagem Linguística da cidade do Funchal para pensar na problemática da escrita da língua no passado, mas também no presente.

¹¹ REBELO, 2021, «Da Paisagem à Paisagem Linguística como Património ou Da Prática à Teoria: Para uma Tipologia da Paisagem Linguística».

¹² ARAGÃO, 1992, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal* e, 1984, *Armas da Cidade do Funchal no Curso da sua História*.

¹³ Cf., por exemplo, VERÍSSIMO, 2013, «Toponímia do Funchal», in *Blogue Passos na Calçada*.

¹⁴ SANTOS, 2019, «Notas sobre o léxico toponímico presente nos *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*».

2.1. Marcas do Presente

O Funchal é uma cidade anfiteatro¹⁵, que se estende do «mar à serra», como diz o hino da Região Autónoma da Madeira, e, por isso, a sua Paisagem Linguística vai variando à medida que se dá o afastamento da baixa citadina (cf. Fotografia 3), desde a famosa Avenida do Mar, sendo o automóvel um elemento constante da paisagem. Enquanto existe a concentração habitacional em prédios, fixa-se o pequeno comércio no nível inferior dos edifícios e, aí, registam-se, nos nomes dos estabelecimentos comerciais, algumas marcas, como as dos cafés, assim como símbolos, nomeadamente a cruz das farmácias. Quando as moradias se multiplicam, há menos componentes linguísticas para ler e mais paisagem panorâmica para ver.

Fotografia 3 – Paisagem na subida para a Boa Nova, 2021



¹⁵ BRANDÃO, 2011, «Visão da Madeira», in *Ilhas Desconhecidas. Notas e Paisagens*.

Fotografia 4 – Paisagem panorâmica do Funchal, 2021



Enquanto periferia, as zonas intermédias e as altas, como, por exemplo, Boa Nova, Penteadá, Álamos, São Gonçalo, São Martinho e Santo António, com casario espalhado pelas encostas, subindo progressivamente desde o nível do mar, são distintas do centro urbano. As partes cimeiras concentram bairros habitacionais, mas igualmente alguns serviços (exemplos: o Arquivo e Biblioteca da Madeira, nos Álamos, e a Universidade da Madeira, na Penteadá) e grandes superfícies comerciais (exemplos: o Madeira Shopping e o Fórum Madeira) da área da alimentação. O *Drive In* da McDonald's é a última modernidade a substituir uma empresa com vertente industrial inoperacional. Está, todavia, em mudança a sua paisagem e, por conseguinte, a que inclui marcas linguísticas também. Nos arredores que circunscrevem o núcleo central, os arruamentos distribuem-se em conformidade com as necessidades habitacionais. São diversos da organização do centro urbano, já que este corresponde a uma teia de ruas que concentra mais comércio do que residências. As habitações aumentam à medida que as lojas vão diminuindo, embora em algumas partes se tenham desenvolvido na cidade pontos comerciais, com grandes superfícies, como se indicou. Todavia, o que se pode designar como o "pequeno Funchal", a área da centralidade, corresponde ao que, ainda hoje, é identificado pela população como "o Funchal". Há expressões como "vou ao Funchal", mesmo morando no que, no presente, se designa como "Funchal", em São Gonçalo, no Imaculado – freguesia do Imaculado Conceição de Maria –, no Monte ou noutra freguesia das zonas altas funchalenses, durante muito tempo classificadas como "campo". Não deixa de ser interessante a combinação da cidade com hortas (sem contar com as recentes

“hortas urbanas”). Por exemplo, num ponto estratégico como é o Campo (a natureza na cidade) da Barca estende-se um bananal (cf. Fotografia 5). Aliás, as manchas verdes são bem mais do que, exclusivamente, as dos jardins públicos, já que as populações, à medida que o casario sobe, têm por costume plantar árvores de fruto junto às casas (abacateiros, chamados “pereiras”, nespereiras, anoneiras, entre várias outras). Por exemplo, de Santa Luzia ao Monte, há extensões de plantações e de terrenos cultivados. Além disso, as ruas ladeadas de árvores no centro vão-se mantendo, há décadas, tendo havido corte e renovação, o que permite ter uma vista panorâmica diferenciada no colorido céu citadino, ao longo do ano. Portanto, pode fazer-se a distinção entre o pequeno Funchal, central e comercial com o núcleo do poder – Sé, Câmara, Parlamento, Tribunal Central e Polícias, etc. –, assim como dos serviços – a Casa da Luz, o Ensino Secundário, etc. – e o grande Funchal, o periférico, com o casario envolvente, incluindo zonas comerciais e também de lazer. No conjunto, oferece uma paisagem emblemática a quem vê o Funchal (pequeno) do mar ou de um ponto alto (pequeno e grande).

Fotografia 5 – Bananal no centro do Funchal



Como evidência da modernidade, a publicidade está por todo o lado e observa-se que diminui à medida que se vai subindo até ao casario, em partes bem altas, antes de chegar à serra. Em concomitância, ao longo do percurso, a linguagem verbal, progressivamente, rareia também, podendo dizer-se que haverá mais Paisagem Linguística na baixa por esta comportar elevados fluxos de movimentação e concentração populacional temporária do que nas zonas cimeiras, onde se dispersam os habitantes pelas suas residências. Além de nomes de estabelecimentos: cafés, bares, restaurantes ou, pontualmente, de outras áreas comerciais, a Paisagem Linguística é quase inexistente. Haverá um ou outro aviso, mas é mais na toponímia das ruas ou com placas indicativas/informativas, que subsiste a componente linguística no território para informar algum forasteiro. Além disso, ela pode estar escondida porque encoberta, sucede com sinais de trânsito, mas também com as placas identificadoras da via por que a nomeiam, embora não se avistem ao longe, olhando para a paisagem citadina (cf. Fotografias 6a, 6b e 6c).

Fotografia 6a – Paisagem linguística escondida, 2022



Fotografia 6b – Paisagem vista de Santa Luzia, acima da igreja, 2022



Fotografia 6c – Paisagem com placa toponímica, ao longe, 2022



A toponímia com as inscrições identificativas das ruas (normalmente, duas placas: uma no início e outra no fim, ou seja, nas duas pontas da via), os nomes das lojas, as placas metálicas dos serviços (água, telecomunicações, luz, etc.) no chão, os sinais de trânsito (em especial os que têm texto), etc. são reais inscrições documentais que dão a ler o Funchal. O mesmo sucede com as informações fixas ou em movimento: publicidade, propaganda, painéis turísticos, e todas as placas de vários géneros: pintadas, gravadas, em suportes, etc., que dão linguagem verbal ou mista, com colorido, à cidade. A Paisagem Linguística funchalense hodierna é diversificada e multifacetada (cf. Fotografias 7-14).

Fotografia 7 – Banco pintado (botas), 2021



Fotografias 8a e 8b – Correio/cartas, 2021



Fotografias 9a e 9b – Marco dos correios e cinzeiro, 2021



Fotografia 10 – Marca pintada, Tipografia, 2021



Fotografias 11a, 11b e 11c – Comércio, frente, 2021



Fotografia 12 – Informação de explicação, 2021



Fotografia 13 – Inscrição livre, 2021



Fotografia 14 – No chão, placa gravada, 2021

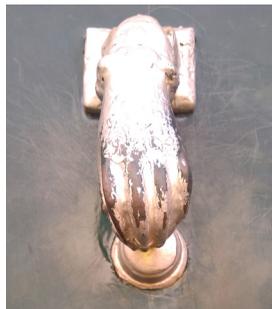


Na paisagem funchalense, há linguagem não verbal que, semiologicamente, comunica um património comunitário. É visível tanto nos sinais de trânsito, que também podem incluir linguagem verbal (linguagem mista ou híbrida), como noutros sinais e símbolos, diferentes dos signos linguísticos (cf. Fotografias 15-18).

Fotografia 15 – Catavento, símbolo do vento, na Boa Nova, 2021



Fotografia 16 – Batente, símbolo do bater à porta, centro, 2021



Fotografias 17a e 17b – Avisos com linguagem mista, 2021



Fotografias 18a e 18b – Paragem com linguagem mista e simbólica, 2021



2.2. Vestígios do Passado

O centro concentra a maioria dos escritos do passado porque foi onde nasceu a cidade, junto ao “calhau”, à praia. Aí, descobrem-se as inscrições mais antigas, ao andar pelas ruas a deambular, com o propósito de passear e observar o meio envolvente. As placas das ruas assumem diversos tipos e feitios. Revelam a História e as histórias vivenciais da população ao longo dos séculos de povoamento. Os nomes próprios são importantes, assim como outras particularidades do quotidiano. No conjunto, encontram-se vestígios da História da Ortografia da Língua Portuguesa, através dos dados presentes na Paisagem Linguística como a toponímia. O que se regista é uma grafia que testemunha as fases da escrita do português, sendo a paisagem diversificada, também o é o que dela foi ficando gravado na pedra ou pintado em placas. Apresentam-se inscrições de monumentos históricos, e muitas mais haverá¹⁶, procurando reproduzir a grafia registada. Estas podem ser reagrupadas, tendo em conta alguns critérios, nomeadamente, a identificação, a datação e a preservação. Considerando-os, nos antípodes, estarão, por um lado, os casos que estão identificados, datados e preservados (a) e, por outro, os que não têm nem identificação, nem qualquer data, nem lhes é proporcionado qualquer cuidado para a sua manutenção (c). Observem-se os exemplos para os dois grupos. Pelo meio, registam-se casos com um ou outro critério, que, sem pretender alongar a demonstração com base na amostra, se reagrupam (b).

a) Inscrição Identificada, Datada e Preservada

Estes casos são reconhecidos como importantes para a comunidade e valorizados. São Património Linguístico. Representam vestígios passados que todos conhecem (reconhecem, se prestaram atenção, mas também desconhecem, se não deram conta deles). A Sé, cuja construção foi iniciada no século XV e finalizou nos inícios do XVI, tem gravada a dedicatória no exterior, logo na entrada principal, assim como uma invocação. Os textos situam-se mais precisamente nas partes laterais (cf. Fotografias 19a, 19b e 19c). Do lado direito para quem entra no edifício, vê-se a inscrição que se lê, na perfeição: «É à Imaculada Conceição da Virgem, Nossa Senhora». As palavras

¹⁶ Cf. MATOS e CARITA, 2008, *Funchal: Roteiro Histórico-Turístico da Cidade*, p. 153: exemplo de inscrição em lápide tumular que regista o ano de 1473 e foi levada para o Cemitério de São Martinho. Considerados autênticos jardins públicos em diversos pontos do mundo, os cemitérios são igualmente locais muito interessantes para registos linguísticos, nomeadamente da História da Ortografia. No Funchal, o Parque Arqueológico do Museu da Quinta das Cruzes, por guardar exemplares de conventos e igrejas, é outro espaço a contemplar para este género de estudos.

e abreviaturas não estão separadas. Seguem-se umas às outras sem espaços em branco. Não há acentuação; registam-se o til e consoantes geminadas:

«EAIMMACULADACONCEPÇÃODAVIRGEMNOSSASRA». A do lado esquerdo, «LOUVADOSEJAOSANTÍSSIMOSACRAMENTO» – «Louvado seja o Santíssimo Sacramento», invoca o Santíssimo Sacramento e duplica o modelo da anterior, não levantando questões de análise por se reescrever sem grandes dificuldades. As sequências de palavras, estas no sentido gráfico, de manchas entre dois espaços, não ocorrem separadas. O recorte das palavras é uma conquista importante na identificação das unidades linguísticas significativas, enquanto signos linguísticos, facilitando a leitura e a escrita.

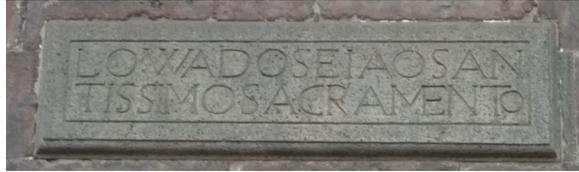
Fotografia 19a – Catedral (1493-1514), 2021-2022



Fotografia 19b – Inscrição direita, 2021-2022



Fotografia 19c – Inscrição esquerda, 2021-2022



Numa transcrição do século XVII muito valorizada, com direito a reescrita, junto ao Parlamento Regional, lê-se (cf. Fotografias 20a, 20b e 20c), por exemplo, «ANNO 1644» e a consoante dupla é etimológica.

Fotografia 20a – Monumento com inscrição, 2021-2022



Fotografia 21a – Monumento reconstruído com lápide original, 2021-2022



Fotografia 21b – Parte de cima, 2021-2022



Fotografia 21c – Inscrição, 2021-2022



Fora estas, há mais inscrições dispersas pela cidade. Em especial nos monumentos do centro, vão aparecendo diversos exemplos, apontando, sobremaneira, para o Período Etimológico (cf. Fotografia 22). Algumas são mais antigas do que outras. Há casos que aparecem no comércio e em diversas placas. Neles, observam-se fenómenos ortográficos. Por exemplo, <ph> para <f> é uma clara opção etimológica e aquele grafema vai deixando de ser usado por se ter imposto o <f>. O mesmo foi acontecendo com <z> que foi sendo substituído por <s> (cf. Fotografias 23 e 24).

Fotografia 22 – MDCCXCIV, inscrição na Câmara, 2021



Fotografia 23 – 1872, «PHILARMÓNICA», 2021



Fotografia 24 – 1917, «PORTUGUEZA», 2021



b) Inscrições com Falhas de Identificação, Datação ou Preservação

A par das inscrições que foram preservadas porque valorizadas, sublinha-se que o património enquanto “conjunto de bens herdados” implica que lhe seja atribuída importância, caso contrário é subestimado, relativamente aos bens que têm valor. Portanto, também se vão registando vestígios de um passado mais ou menos longínquo pelo que se deduz, apesar de estar sem data legível ou esta não ser muito visível. Mesmo assim, tem a aparência de ser um património, incluindo linguístico, passado. Veja-se o seguinte caso: «E PROHIBIDO AFFIXAR ANNUNCIOS N’ESTA PROPRIEDADE» (cf. Fotografia 25). Lê-se perfeitamente e, nele, destaca-se um <h> a desfazer um hiato, além de sobressaírem as consoantes geminadas e de não haver nem acentos gráficos, nem o apóstrofe a assinalar a ligação em <n’esta> ser muito visível, com aglutinação a partir de <em esta> (nesta). O Funchal oferece a quem percorre as suas ruas e ruelas textos repletos de pormenores que apontam para as preferências (orto) gráficas dos falantes, membros que formam a comunidade linguística. Os nomes próprios ilustram vários pormenores. Vêm sem qualquer datação, mas as consoantes geminadas em grafias como «PERESTRELLOS» (cf. Fotografia 26) e «BETTENCOURT» (Fotografia 27) são reveladoras de antiguidade e de pertencerem ao segundo período

histórico da Ortografia, podendo situar-se na fase de transição para o terceiro. Embora os apelidos sejam sempre casos particulares, estes dois exemplos fazem recordar a propensão para as consoantes duplas da fase etimológica (ou falsamente etimológica). Essa inclinação resiste nos antropónimos, mesmo se desapareceram da ortografia do vocabulário comum.

Fotografia 25 – Inscrição num edifício de uma ruela, 2021



Fotografia 26 – Mosaico no edifício da Cruz Vermelha, 2021



Fotografia 27 – Arcadas do Bettencourt, 2021



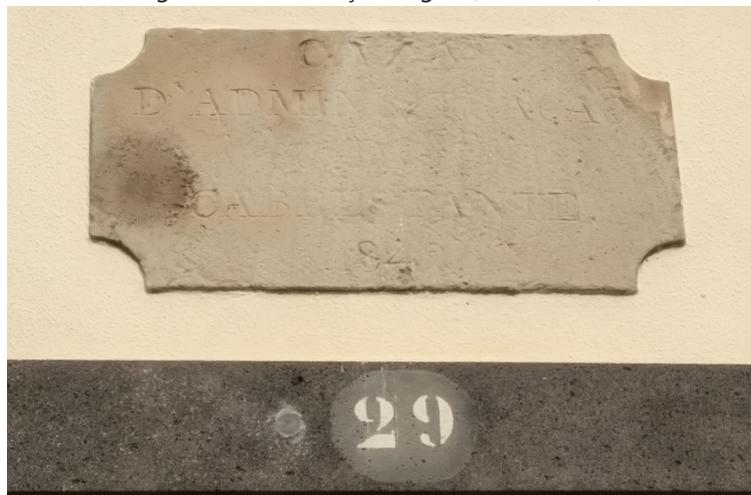
c) Inscrição NÃO Identificada, Datada ou Preservada

No adro da catedral, mais precisamente na parte lateral esquerda ao contornar o edifício, quem presta atenção ao chão que pisa descobre uma pedra diferente de todas as outras (Fotografia 28). Tem algo gravado e parecem letras. É indecifrável a inscrição, mas tem-se a nítida sensação de ser bem antiga. Desprestigiada, não lhe é dado qualquer relevo; não está identificada, nem datada, nem preservada. Aliás, quase ninguém presta atenção à inscrição. Todavia, seria interessante procurar descobrir de onde veio e o que tem escrito. Na verdade, desconhece-se se, porventura, já foi alvo de atenção. Enuncia-se apenas o propósito porque mereceria pesquisa, se se atestar nada haver sobre ela, podendo, depois, comprovar-se que nem é relevante. Mesmo assim, destaca-se de todas as outras pedras do adro, pelos vestígios de escrita que comporta. Pela cidade, encontram-se mais alguns exemplares (cf. Fotografias 29 e 30).

Fotografia 28 – Inscrição parcial, no chão do adro da Sé, 2021



Fotografia 29 – Inscrição ilegível, no centro, 2021



Fotografia 30 – Escudo apagado, no centro, 2021



Os exemplos anteriores remeteram para inscrições situadas no exterior e próprias da Paisagem Linguística. Contudo, também é importante olhar para o interior dos monumentos e dos edifícios porque há aí inscrições antigas, porquanto Património Linguístico. Na Quinta das Cruzes e noutros pontos estratégicos como o Convento de Santa Clara, tanto no exterior como no interior, ficaram “pedras com história”, em que há palavras; há escrita. Os monumentos edificadas não são directamente Património Linguístico, mas sê-lo-ão indirectamente, quando nomeados e convertidos em linguagem verbal e também por possuírem texto, muito dele bem antigo. As inscrições do passado são vestígios ancestrais que se encontram sobremaneira no exterior, em especial nas construções patrimoniais, como nos exemplos facultados. O Património Cultural Imóvel comporta placas e inscrições deveras antigas, estando preservadas, como comprovado, provavelmente devido à importância (o valor é um critério imprescindível para ser considerado património) que lhes é atribuída. No entanto, não estão apenas fora dos edifícios, também se registam no seu interior. As igrejas são monumentos que qualquer turista – estrangeiro, nacional, regional ou local – visita. O passado da escrita do português está documentado nas inscrições tumulares que assinalam o tempo e as opções de escrita consentâneas, como as seguintes, bastante diferentes, que se observam no interior¹⁷ da catedral, para quem visitar o monumento nacional, mandado construir por D. Manuel I (cf. Fotografias 31 e 32).

¹⁷ Interessaria entrar noutros edifícios emblemáticos como o Teatro Municipal Baltazar Dias porque também aí se encontrarão inscrições que fazem a História da Ortografia no Funchal.

Fotografia 31 – Inscrição tumular, 2021



Século XVII

AQVIIAZDOMLVIS

DEFIGVEIREDODELE MOSBISPOQUEFOIDO FVNCHALFALECEO

AXXVI[26]DENOVEMBRO

DEMDCVIII[1608]ANNOS

Fotografia 32 – inscrição tumular, 2021



Século XIX

AQUI JAZ

D AYRES D ORNELLAS DE VASCONCELLOS

NASCEU NO FUNCHAL A 18 DE SETEMBRO DE 1837

BISPO DE CERASA IN PARTIBUS INFIDELIUM

COADJUTOR E FUTURO SUCCESSOR DO FUNCHAL 6 DE MARÇO 1871 BISPO DO
FUNCHAL 27 D OUTUBRO DE 1872

ARCEBISPO DE GOA PRIMAZ DO ORIENTE 19 DE NOVEMBRO DE 1874

MORREU EM LISBOA A 28 DE NOVEMBRO DE 1880

R I P

A igreja do Carmo também tem dois túmulos. Veja-se, por exemplo, um deles (cf. Fotografia 33):

«S.DEANTONIODECARVALHALESMERALDOFIDALGODACAZADES.M.^{DE}ESVA
MOLHER D.MARIA BRANDÃO». Trata-se da «sepultura [S.] de António de Carvalho e Esmeraldo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e [de] sua mulher, D. Maria Brandão». Mantém a junção dos vocábulos como na escrita latina, sem a separação em palavras, embora se destaquem breves espaços e o uso de maiúsculas iniciais de nomes. As abreviaturas são várias.

Fotografia 33 – Inscrição de sepultura, 2021



Com a exemplificação facultada, verifica-se que passear pelo Funchal, pelas ruas, e também entrar em monumentos, é ter contacto com inscrições que envolvem diferentes grafias. Nem todas têm transcrição e reescrita, como a que está situada perto do edifício do Assembleia Regional (cf. Fotografias 20a, 20b e 20c) e nem todas são valorizadas. De qualquer forma, todas juntas, permitem reconstruir modos diferentes de escrever português. A Ortografia, enquanto tal, é fixada a partir do último período, mas mesmo assim, ao longo do século XX e no decorrer do XXI, persistem muitas dúvidas na comunidade e isso verifica-se na toponímia, no comércio (logótipos e nomes), nos sinais de trânsito, informações, ou seja, na paisagem com linguagem verbal, não verbal, mista e simbólica. As marcas comprovam a pertinência do tema.

3. Questões de Ortografia na Paisagem Linguística

Como se pôde verificar, o Funchal, em particular a Baixa da cidade, o “pequeno Funchal”, apresenta uma Paisagem Linguística muito diversificada. Restringindo-a unicamente às placas toponímicas, a quantidade é elevada. Elas apresentam-se, ademais, com formatos e modelos diferenciados – pintadas, gravadas, fixadas em paredes ou postes, etc. – indiciando as diferentes épocas nas quais foram concebidas. Embora não se tenham contabilizado todas, porque exigiria um exaustivo e rigoroso trabalho de recolha da toponímia do Funchal, é possível afirmar que um conjunto não suscitará reflexão em torno de questões de Ortografia. Todavia, regista-se outro, um número considerável de placas toponímicas, além de mais elementos que integram a Paisagem Linguística, que tem obrigatoriamente de fazer pensar na escrita. Da observação dos dados compilados, o principal tópico que sobressai é a temática da acentuação gráfica. A colocação dos acentos parece ser um problema antigo na cidade, como o foi sendo, nas publicações de gramáticos, filólogos e linguistas, ao longo dos séculos, segundo a História da Ortografia, anteriormente sintetizada. Assinalam-se vários outros pormenores, e na Ortografia não se espera nada mais senão observar minudências, nomeadamente sinais diversos. Listam-se e exemplificam-se alguns casos para se ter a noção da proporção da temática que interessa considerar, sobretudo quando se propõem mudanças que alteram aprendizagens, como o fizeram o AO1945 e o AO1990, evidenciando as dificuldades de compreensão e aplicação do que não é apreendido. Os vestígios do passado, principalmente na toponímia, mas não só, ficam pela cidade, onde se registam vários fenómenos: acentuação, outros sinais diversos, antropónimos, oralidade, etc.

a) Acentos Gráficos

Há exemplos em que os acentos não estão grafados como seria de esperar (cf. Fotografias 34-35), mas são essencialmente duas as situações predominantes quanto à acentuação, por um lado, verifica-se a sua ausência (cf. Fotografias 36-38: «alfandega», «camara», «gloria») e, por outro, a sua presença, quando não seria esperada (cf. Fotografias 39-40 como em «Ribeiro Sêco» (1883) ou «Flôr»). O caso mais insólito é o de uma rua que numa ponta e na outra apresenta uma e a outra possibilidades, contemplando as duas grafias (cf. Fotografias 41-42), como se fosse aleatório e a ortografia dependesse da vontade do falante e não se tratasse de um assunto comunitário. Na escrita individual, isso até pode suceder e vai acontecendo com quem segue o AO1990, mas é curiosíssimo observar-se o fenómeno a nível de Paisagem Linguística, numa distância tão curta e na mesma artéria, por sinal junto à Escola Secundária Francisco Franco. O melhor exemplo das dificuldades quanto à colocação ou não da acentuação é, sem margem para dúvidas, «beco»/«bêco» (cf. Fotografias 42a, 42b, 42c, 42d). O Funchal é uma cidade com muitos e algumas placas incluem o acento circunflexo, a indicar o timbre fechado da pronúncia da vogal. Noutras, ele é inexistente porque, sendo um paroxítono (a penúltima sílaba é a tónica), a opção dos ortografistas recomenda deixar de marcar a sílaba tónica na escrita, indiciando que os paroxítonos predominam na língua portuguesa.

Fotografia 34 – «água», 2021



Fotografia 35 – «à», 2021



Fotografia 36 – «Alfândega», 2021



Fotografia 37 – «Câmara», 2021



Fotografia 38 – «Glória» e «seco», 2021



Fotografia 39 – «Seco», 2021



Fotografia 40 – «Flor», 2021



Fotografias 41a e 41b – «Rêgo»/«Rego», 2021



Fotografias 42a, 42b, 42c, 42d, 42e, 42f, 42g, 42h – «Beco»/«Bêco», 2021





Os muitíssimos casos com o acento agudo em falta levam a perguntar até que ponto é pertinente acentuar graficamente unidades linguísticas como: «frigorífico», «seminário», «agrícola» ou «além» (cf. Fotografias 43-46). A acentuação gráfica faz falta? Será indiferente colocar ou não um desses sinais na representação escrita? A presença – ou a ausência – deles torna diferentes as unidades linguísticas porque eles permitem identificar a sílaba tónica. A presença, assim como a ausência, possibilita distinguir unidades (cf. Fotografias 47a-47d) e categorias morfológicas como verbo – ele «policia» (policar) e nome – «polícia» (a polícia / as polícias). Veja-se ainda o caso de «aguas» (verbo «aguar») – «águas» (nome «a água»). Os pormenores, como a colocação ou não dos sinais gráficos, fazem a diferença. Evidentemente, isso chama a atenção de quem compreende o funcionamento da língua e observa a paisagem

envolvente. A população que se habitua a informações escritas sem as questionar acaba por não lhes dar valor, nem entender a sua pertinência. Não deixa de ser impressionante verificar que estes vestígios escritos têm largos anos e resultaram em grande medida de um trabalho desenvolvido por falantes que pouca relevância deram à escrita, ou melhor, à escrita adequada e fixada, a ortográfica, mantendo-se nas inscrições os conhecimentos que possuíam e eram fruto da sua época. A acentuação é uma conquista, falando de Património Linguístico, fundamental para perceber como se deve dizer, mas os falantes estão a delapidá-la por não entenderem a sua importância. Há claramente um património a perder-se, embora os acentos sejam como diamantes que, por não brilharem, desvalorizam. Aliás, apenas lhes dá o real brilho, a importância, quem percebe o quanto são funcionais. Pela amplitude do fenómeno, a acentuação gráfica perder-se-á nas próximas gerações. O AO1990 poderá também levar a esse desfecho, quanto à acentuação, por colocar propostas que levam ao seu desaparecimento, levantando uma questão como “nem Antônio, nem António; será Antonio”¹⁸. É certo que alguns vocábulos se têm usado com ou sem acento. Veja-se o caso de «túlipa»/«tulipa» que leva ou não acento consoante se diz como esdrúxula (proparoxítono) ou grave (paroxítono) e fenómenos semelhantes acontecem devido aos usos da população que vai optando pelos paroxítonos, como em «diospiro» (dióspiro) e «logotipo» (logótipo). Assumem dicionários as duas possibilidades, quando seria de esperar a do proparoxítono. A democratização dos usos chega à normalização linguística, nivelando por baixo, pela facilidade, e reencontra-se na paisagem que vai influenciar visualmente a população, como em «Tulipa», em vez de «Túlipa» ou em «agua de lavagem» em vez de «água de lavagem». O vocábulo «água» tende a ser articulado como paroxítono «á-gua» e a articulação do nome não será a mesma da forma verbal paroxítona «a-gu-a».

Fotografia 43 – «Frigorífico», 2021



Fotografia 44 – «Seminário», 2021



¹⁸ Assistiu-se a uma discussão precisamente sobre este tópico num encontro com vários docentes universitários que tinham a língua portuguesa como língua materna e de estudo.

Fotografia 45 – «Agrícola», 2021



Fotografia 46 – «além», 2021



Fotografias 47a, 47b, 47c, 47d, 47e e 47f – «Polícia»/«policia»; «águas»/«aguas»; «agua de lavagem» e «Tulipa», 2021





b) Til

É um sinal que não é um acento, embora muitas pessoas o identifiquem como tal. As vogais nasais levam til a indicar essa qualidade de nasalidade para se distinguirem das vogais orais. Portanto, trata-se de um diacrítico a representar um certo tipo de timbre vocálico¹⁹, já que pode ocorrer em simultâneo tanto com o acento agudo (ex.: “órgão”) como com o circunflexo (ex.: “bênção”). Nestes casos, os acentos, daí a sua relevância, revelam apenas o timbre vocálico (o agudo tende à abertura e o circunflexo ao fechamento) e o til, além de assinalar a nasalidade do ditongo, marca igualmente a sílaba tónica. Encontram-se elementos na paisagem funchalense que vão escritos com til. No entanto, entre eles, há-os em que o til se vai apagando e outros em que ele perde o seu tão característico formato (cf. Fotografias 48a e 48b).

Fotografias 48a e 48b – «João», 2021



c) Antropónimos

A Onomástica estuda tanto a Toponímia como a Antroponímia. Acontece que, relativamente à Paisagem Linguística, os dois campos de investigação se combinam, havendo topónimos com antropónimos, nomes de indivíduos, muitos deles desconhecidos da comunidade, no presente, mas outros ainda reconhecidos no seio comunitário. Os antropónimos são casos singulares a nível ortográfico e não se espera

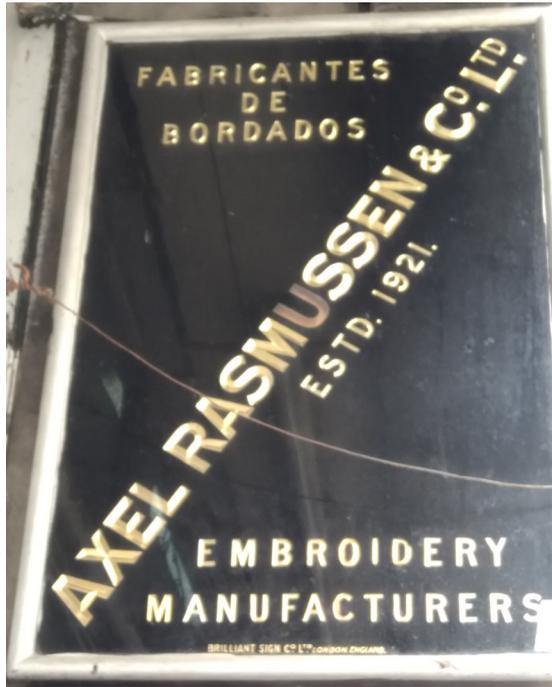
¹⁹ Em português, usa-se unicamente nas vogais, mas, no castelhano, por exemplo, emprega-se também em consoante: <ñ>.

encontrar regularidade. Porém, uns são mais irregulares do que outros. Os exemplos anteriores, «VASCONCELLOS» e «BETTENCOURT» (cf. Fotografias 26 e 27), comprovam que, hoje, manter a originalidade numa grafia pouco comum confere um certo estatuto à pessoa que possui esse Património Linguístico: os nomes identificadores da pessoa e das famílias são os primeiríssimos bens patrimoniais linguísticos de uma criança. Os antropónimos são, realmente, os primeiros bens linguísticos herdados dos antepassados. Antes de qualquer outro bem material, as novas gerações recebem esse legado imaterial que os identifica. Pelo Funchal, registam-se diversos exemplos de especificidade antroponímica (cf. Fotografias 49 e 50) e da sua presença, sobretudo, nas placas toponímicas, mas também em vários comércios. Observando, a título de exemplo, os dois antropónimos do *corpus*, socialmente, parece ter mais carga valorativa «Vasconcellos», com duplo <l>, do que «Vasconcelos», sucedendo o mesmo com «Bettencourt», se se mantiver com <t> dobrado, <ou> e as consoantes finais <rt>. Aliás, esta potência valorativa da originalidade ortográfica do nome apresenta-se apenas dentro de certos limites. Aceita-se a presença de um <y>, por exemplo, porque soa a antigo e aponta para uma ancestralidade da linhagem, mas quando o nome é excessivamente original, já parece não ser de tanto valor quanto os casos anteriores por soar a estranho, a estrangeiro, havendo línguas mais prestigiadas do que outras. Na paisagem, há igualmente diversos nomes estrangeiros com particularidades ortográficas divergentes das da língua portuguesa. Por exemplo, em «Rasmussen», a consoante a assinalar a vogal nasal em posição final não é o <-m> português e a presença de <-n> indicia nome estrangeiro. Porém, descobrem-se igualmente escritas antigas que subsistem em antropónimos como a rua «Conde Cannavial», com <n> dobrado, e muitos outros exemplos persistem, revelando-se autênticos marcos histórico-linguísticos aos olhos atentos dos passantes.

Fotografia 49 – «Perry», 2021



Fotografia 50 – «Axel Rasmussen», 2021



d) Estrangeirismos

A presença de numerosos estrangeirismos, com manifestações ortográficas que não são próprias da língua portuguesa, revelam o quanto o Funchal é uma cidade cosmopolita. O inglês é presença frequente na Paisagem Linguística (cf. Fotografia 9b, cinzeiro público, e Fotografia 51c, «Kiss & Ride») no século XXI, mas outras línguas vão surgindo. Sucede, inclusive, nas placas toponímicas, em especial quando homenageiam indivíduos, com origens estrangeiras, como o Brigadeiro Oudinot (<-ot> final é indicador de nome francês). Porém, o fenómeno estende-se às designações atribuídas a uma grande diversidade de elementos, como, por exemplo, aos edifícios, entre inúmeras outras possibilidades, nomeadamente as publicitárias que têm uma especial atenção à tradução (cf. Fotografias 51a e 51b).

Fotografia 51a, 51b e 51c – Estrangeiros e línguas estrangeiras, 2021



CARREIROS DO MONTE

CARROS DE CESTO
TOBOGGANS DO MONTE
LUGES DO MONTE
RODEL DO MONTE

GRÁTIS
Até aos 5 anos de idade
Up to 5 years old
Jusqu'à 5 ans
Bis 5 Jahre

€25
1 Pessoa
1 Person
1 Personne

€30
2 Pessoas
2 Persons
2 Personnes

€45
3 Pessoas
3 Persons
3 Personnes

MONTE - LIVRAMENTO
2 km

Mediante as condições climáticas não favoráveis, poderemos ter de encerrar.
Climatic conditions not favorable, we may have closed.
Dans des conditions météorologiques défavorables, il se peut que nous devions fermer.
Bei ungünstigen Wetterbedingungen müssen wir möglicherweise schließen

Horário	Business Hours	Heures de travail	Öffnungszeiten
2ª-Feira a Sábado 9h00 às 18h00	From Monday to Saturday From 9a.m. to 6p.m.	De lundi au samedi De 9h. à 18 heures.	Von Montag bis Samstag Von 09.00 Uhr. bis 06.00.

Encerrado | Closed | Fermé | Abgeschlossen*

* Exemplos ilustrados de forma não definitiva. Exemplos ilustrados de forma não definitiva. Exemplos ilustrados de forma não definitiva.



e) Marcas da Oralidade

Além dos estrangeirismos a remeterem para a fala, na paisagem, encontram-se várias marcas linguísticas do registo oral. Podem assumir diversas facetas, indo deste o apóstrofe à transcrição de uma pronúncia e, novamente, a acentuação gráfica pode diferenciar formas de dizer (cf. Fotografias 52-53). É certo que os nomes escolhidos para o comércio são desviantes²⁰ por natureza, mas são o nítido reflexo das escolhas dos falantes em função quer dos seus conhecimentos linguísticos, quer das suas capacidades criadoras movidas para a inovação linguística. Um nome deseja-se original para individualizar, sobretudo no domínio comercial, nem que para isso seja preciso adaptar os significantes dos signos linguísticos. Parece que escrever implica muitas vezes fugir às regras ou readaptá-las. O processo torna-se visível na paisagem urbana em geral e, no presente caso, na funchalense, é notório. Acontece que a escolha do nome se torna também um chamariz e tem de possuir um efeito de surpresa para marcar o consumidor que tenderá a memorizar o nome para o repetir oralmente com facilidade. Este fica marcado, bem gravado e inscrito, na memória. Certas marcas da oralidade subsistem em modos inesperados. Por exemplo, acontece com o registo de alcunhas e parece ser o caso com a «RUA DOS PROFETAS» (cf. Fotografia 54), no centro do Funchal, já que *Profetas* em contexto madeirense remete imediatamente para a alcunha dos habitantes da ilha do Porto Santo. No registo antroponímico, as alcunhas representam designações não oficiais, mas que ganham dimensão e podem assumir um estatuto de oficialização, não deixando de ser marcas de um registo mais coloquial.

Fotografia 52 – «Barato e Bom», 2021



Fotografia 53 – «Penha de Águia», 2021



²⁰ MOUTINHO e COIMBRA, 1997-1998, «VEJAKY sobre Desvios Linguísticos nos Nomes das Lojas».

Fotografia 54 – «Profetas»/«porto-santenses», 2021



f) Abreviaturas

Ao longo dos tempos, a necessidade de encurtar a escrita foi uma constante (cf. ex.: Fotografias 19b e 19c). Assim, as abreviaturas não são um indicador dos tempos acelerados da Modernidade com o uso de telemóveis e de SMS. Resultarão de precisar de espaço²¹ para escrever. O modo como se vai abreviando é que vai sendo diferente. A assinalar a sua presença está um sinal. Trata-se de um ponto a indicar abreviatura, que vai aparecendo e desaparecendo como se fosse irrelevante escrever a abreviatura com ponto, apesar de ser completamente distinto. Se alguém escrever “sem” está a reportar-se a uma preposição que significa ausência e se escrever “sem.” é porque se propõe abreviar um vocábulo, nomeadamente “semestre”. Haverá vocábulos cujas abreviaturas se reconhecem de imediato e, por isso, vai-se prescindindo do ponto da abreviatura, como em “século” – “séc.” (cf. Fotografia 55). No entanto, o pormenor faz toda a diferença, embora haja uma manifesta tendência de desinteresse generalizada relativamente ao assunto. Ora, esta propensão não será de agora ou, então, a Paisagem Linguística revela que os falantes desconhecem matérias que deveriam dominar, enquanto sujeitos alfabetizados. Assim, os exemplos de abreviaturas com sinal e sem ele são vários. O que mais curiosidade suscita a quem se interessa pelo assunto é a abreviatura de «doutor» – «Dr» (segunda consoante minúscula, em itálico, e sem ponto) / «DR.» (segunda consoante maiúscula com ponto depois dela). As duas formas de abreviar o título académico de licenciado (cf. Fotografias 56a e 56c) surge em diversas placas com variação na representação gráfica. Sucede que a variação tem sido tão grande, na escrita de todo o género, inclusive na académica, que a abreviatura se vai fixando por “Dr.”, quando, a aplicar a regra, seria “D.r.”. Ademais, é fundamental realçar que a componente final da abreviatura, que vem após o ponto, é colocada em expoente, ou seja, acima da linha, embora também pareça ser uma minudência

²¹ Oralidade – eixo do tempo / Escrita – eixo do espaço: cf. FONSECA, 1994, «A Urgência de uma Pedagogia da Escrita», pp. 147-176.

a que poucos dão relevância. Aliás, nesta sequência de ideias, na comunidade, já se perdeu quase por completo o significado da representação dos números ordinais, em que o “o” e o “a” finais ficam acima da linha em que se escreve (1.º, primeiro, e 1.ª, primeira). No entanto, a tecla de computador com esses sinais tem facilitado em muito a sua resistência ao uso. Na paisagem, a abreviatura de «número» apresenta-se, igualmente, variada na representação: «n.º» e «Nos.» (cf. Fotografias 57a e 57b). Parece ser inquestionável que o ponto será o elemento que mais está sendo esquecido e apagado da abreviatura, embora surja em várias como, por exemplo, «Reverendo» – «REV.» (cf. Fotografia 58).

Fotografia 55 – Abreviatura de «Século», 2021



Fotografias 56a, 56b e 56c – Abreviaturas de «doutor», 2021



Fotografias 57a e 57b – Abreviatura de «número(s)», 2021



Fotografia 58 – Abreviatura de «Reverendo», 2021



g) Hífen

O hífen é um sinal que serve para unir elementos de compostos, formando, por justaposição, signos linguísticos que funcionam como um todo. O seu uso tem sido tão incompreendido que isso se explica ao ler o texto do AO1990, o último até ao momento, embora se vá pensando na imperiosa necessidade de revisão²² por os princípios estabelecidos não serem precisos, nem claros, nem orientadores. A confusão entre os compostos aglutinados e os justapostos ou as combinações de unidades nunca esteve tão intensa na comunidade de falantes. Estes deixaram de compreender a utilidade do hífen e começaram a aglutinar até o que não é recomendado, pelo próprio AO1990, aglutinar, como os vocábulos com formas reduzidas presentes em “alvi-negros”²³, “luso-descendente”, “sócio-cultural” (este tem sido sistematicamente usado aglutinado). Os exemplos a demonstrar o quanto a comunidade vai aceitando a medida, o uso, de cada um são inúmeros. Há largas dúvidas e unidades linguísticas como “Bem-vindo” ou “luso-britânica” vêm registadas sem hífen, existindo casos em que não se percebe se os falantes querem ou não usar o sinal, como em «foto-vídeo», em que “vídeo” leva acento (cf. Fotografias 59-61).

²² Cf. MARTINS, 2019, «Revogar Acordo Ortográfico não seria honesto», in *Expresso*, p. 23.

²³ Aliás, o sistema informático de revisão do computador corrige automaticamente e dá erro, a adequada justaposição!

Fotografia 59 – Hífen, «Bem-vindo», 2021



Fotografia 60 – Hífen, «luso-britânica», 2021



Fotografia 61 – Hífen, «foto-vídeo», 2021



h) Flutuação e Variantes Gráficas

O maior vestígio de instabilidade ortográfica vivenciada após o AO1990 que se deverá perpetuar na paisagem das cidades portuguesas será o tópico enunciado com “consoantes mudas” (cf. Fotografias 62-63). A instabilidade e a confusão é tanta quando se quer estabelecer uma ortografia orientada por questões de pronúncia (extremamente divergente na comunidade de falantes) que a flutuação só pode ser abundante. Provavelmente, os sinais de trânsito serão os elementos da Paisagem Linguística onde isso mais predominará. Veja-se o simples caso de presença/apagamento com «exceto» – «excepto» em alguns exemplos recolhidos pelo pequeno, e pelo grande, Funchal (cf. Fotografias 62a, 62b, 62c, 62d, 62e, 62f). Por curiosidade, numa comparação generalista, se se somassem os sinais de trânsito com e sem consoante muda para «excepto» – «exceto» seriam, acredita-se, quase tantos quanto os existentes para «beco» – «bêco».

Fotografias 62a, 62b, 62c, 62d, 62e, 62f – «excepto» – «exceto», 2021





A conservação das consoantes mudas, em marcas registadas, nomes próprios, etc. (cf. Fotografias 63a-63d, «óptica», «dejectos», «protecção», «guarda[-]nocturno») é uma constante e vão ficar exemplos em várias placas, mas também em inscrições diversas. É complexo pedir a falantes com 12 ou mais anos de escolarização que deixem de escrever como lhes foi dito estar certo (seguir a ortografia) para, passados uns anos, lhes alterarem as orientações, dando indicações contrárias. As mudanças ortográficas não indicam evolução na língua; apontam unicamente para formas diferentes de a registar. Uma vez estabelecida a Ortografia, por regra, não deveria mudar; caso contrário, as alterações nunca acabarão. Assim, tem de ser singular porque deveria haver uma “orto”grafia e não ter plural como a dupla grafia do AO1990 propõe porque vem confundir e complicar quer a alfabetização, quer criar ruído na comunicação.

Fotografias 63a, 63b, 63c e 63d – Exemplos de “consoantes mudas”, 2021



Poder-se-ia prosseguir com a enumeração de casos da paisagem linguística da cidade que revelam a desvalorização linguística, na escrita do idioma. A situação agravou-se como o AO1990, já que dúvidas e hesitações têm manifestado uma mais acentuada flutuação, e indecisão, por parte dos falantes, encontrando-se lado a lado unidades com e sem aplicação das bases desse documento. Tem gerado uma grande confusão para os falantes que, aleatoriamente, passam a escrever como lhes parece mais conveniente. Isso observa-se em pormenores da Paisagem Linguística da cidade do Funchal. Casos de textos, na paisagem, em que não há coerência na opção, comportando unidades com e sem as orientações do AO1990, são inúmeros. Fica um exemplo para o comprovar, com «Projeto» e «efectuado» (cf. Fotografia 64).

Fotografia 64 – Exemplo de falta de coerência ortográfica, 2021



Considerações Finais

Na noção de “património” prevalece a herança de bens dos antepassados que foi deixada às gerações vindouras. Portanto, é inquestionável que “património” integra, do mesmo modo, os bens herdados dos antepassados e os que se vão constituindo e serão legados às gerações futuras. Por conseguinte, o património comunitário reconstrói-se no presente, ampliando-se, quando não se delapida, o que já existe e se herdou. Isto significa que o património seja ele móvel ou imóvel está em permanente construção e reconstrução. Vejam-se os restauros que, antigamente, alteravam fachadas de edifícios ou os readaptavam. Observem-se as peças que vão surgindo em leilões de antiguidades de patrimónios familiares que se desfazem. Atente-se nos nomes de lojas ancestrais que vão desaparecendo ou se vão esquecendo, até se apagarem da memória comunitária. É um património geral, inclusive linguístico, que está em causa.

O Património Linguístico pode ser directo ou indirecto. É-o directamente quando implica “língua(s)”, no caso dos antropónimos, estrangeirismos e marcas da oralidade. É-o indirectamente quando depende de outro elemento que não é verbal, mas passível de ser verbalizado²⁴. As publicidades com linguagem mista também o podem ser. Logo, a paisagem se não é Paisagem Linguística pode não ser considerada Património Linguístico, mas desde que se usem palavras para falar da paisagem ela, indirectamente, ganha essa dimensão. Aqui, observou-se o Património Linguístico directo através da Paisagem Linguística urbana, realçando principalmente a toponímia.

²⁴ Cf. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* de 2003 da UNESCO e o conceito de “língua” como veículo de preservação e transmissão do Património Cultural Imaterial.

A análise da Paisagem Linguística da cidade do Funchal é reveladora da História da Ortografia e das três fases pelas quais foi passando o processo de escrita da língua portuguesa, desde o primeiro documento oficial do século XIII, embora a localidade funchalense tenha surgido posteriormente, ou seja, no século XV. Além das inscrições antigas ilustrativas de uma escrita versátil que se facultaram, outras há. Aqui, ficaram uns exemplos com textos e segmentos textuais, alguns mais influenciados pelo latim do que outros. Deu-se um afastamento progressivo, tanto na apresentação – com a separação das palavras – como no registo de <v> e <u>, <i>, <j> ou na presença de consoantes duplas ou, ainda, na acentuação gráfica (que subsiste, após ter sido abolida, ou que não se regista, quando se deveria, por ser essencial). Fica demonstrado que os falantes, incluindo quem concebe as placas toponímicas ou as campanhas publicitárias, embora, à partida, alfabetizados, têm dificuldades com a escrita, ou melhor, a ortografia convencionada, ficando vestígios das flutuações com variantes gráficas a que a comunidade atribui pouca importância.

Com frequência, o falante, enquanto transeunte, não dá relevância ao meio envolvente, à paisagem que o circunda, no seu dia-a-dia. Porém, o estudioso tem de o analisar. Uma paisagem urbana – o pequeno Funchal – e, concomitantemente, rural, mas suburbana – o grande Funchal – permite compreender que o tempo passa pelas pedras da cidade e vai transformando a paisagem. A História da Ortografia da Língua Portuguesa foi ficando registada nos arruamentos e os exemplos apresentados evidenciam-no. A escrita do presente, com todos os equívocos resultantes do AO1990, permanecerá num futuro próximo e num longínquo. A mudança parece estar em curso e encontra-se focada nos meios digitais. Com os códigos QR, podem substituir-se as placas toponímicas ancestrais (cf. Fotografias 65a e 65b). Com esta novidade identificadora, a que se juntam conteúdos, sobretudo históricos, que ultrapassam o simples nome da rua, os transeuntes e os forasteiros nacionais e estrangeiros poderão ter mais informações sobre a cidade. A motivação dos nomes manter-se-á viva, persistindo nessa informação transmitida a nível digital. Assim, continuará a saber-se, por exemplo, quem foi o ilustre Bettencourt cujo apelido ficou na ponte do Bazar do Povo, sobre a ribeira de Santa Luzia, e nas arcadas situadas nas proximidades (cf. Fotografia 27). Desaparecerão as placas toponímicas tradicionais? Mudará a Paisagem Linguística e atingirá o Património Linguístico. As alterações linguísticas poderão manifestar-se a vários níveis. Porém, julga-se que ficarão para a posteridade algumas placas tão características como a que nomeia a «PRAÇA DO MUNICÍPIO» do Funchal, onde a cedilha, mesmo reduzida, resiste.

Fotografias 65a e 65b – Placa antiga e placa recente com QR, 2021



Fotografia 66 – Placa Praça do Município, 2021



Referências Bibliográficas

- Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1945* – Aprovado pelo Decreto n.º 35 228, de 8 de Dezembro de 1945. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 32/73, de 06-02-1973.
- Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* – Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, in *Diário da República*, I Série – A, n.º 193 de 23-08-1991.
- ALVES, Manuel dos Santos, 1993, *O Novo Acordo Ortográfico*, Lisboa, Universitária Editora.
- ARAGÃO, António, 1992, *O Espírito do Lugar. A Cidade do Funchal*, Lisboa, Pedro Ferreira Editor.
- ARAGÃO, António, 1984, *As Armas da Cidade do Funchal no Curso da sua História*, Funchal, SRTC-DRAC.
- BRANDÃO, Raul, 2011, «Visão da Madeira», in *Ilhas Desconhecidas: Notas e Paisagens*, Lisboa, Quetzal, pp. 179-199.

- CASTELEIRO, João Malaca et al., 2007, *Atual: O Novo Acordo Ortográfico*, Lisboa, Texto Editores.
- CASTRO, Ivo, 1991, «A língua portuguesa no tempo e no espaço», in *Falar Melhor, Escrever Melhor*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, pp. 53-89.
- CASTRO, Ivo, 1991, *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo et al., 1987, *A Demanda da Ortografia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- FONSECA, Fernanda Irene, 1994, «A Urgência de uma Pedagogia da Escrita», in *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, pp. 147-176.
- MARTINS, Christiana, 2019, «Revogar Acordo Ortográfico não seria honesto», in *Expresso*, n.º 2450, Primeiro Caderno, 12-10-2019, p. 23.
- MATOS, Danilo e CARITA, Rui (coord.), 2008, *Funchal: Roteiro Histórico-Turístico da Cidade*, 500 Anos da Cidade do Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro e COIMBRA, Rosa Lídia, 1997-1998, «VEJAKY sobre Desvios Linguísticos nos Nomes das Lojas», in *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, n.º 14, pp. 127-141, disponível em http://sweet.ua.pt/rlcoimbra/documentos/rlcoimbra_14RUA_1998.pdf, consultado em 2022-02-25.
- REBELO, Helena, 2021, «Da Paisagem à Paisagem Linguística como Património ou Da Prática à Teoria: Para uma Tipologia da Paisagem Linguística», in *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n.º 60, 1.º semestre de 2021, pp. 198-221.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2019, «Notas sobre o léxico toponímico presente nos *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*», in *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico.
- TEYSSIER, Paul, 1980, *História da Língua Portuguesa*, trad. port. de Celso Cunha de 1982, Lisboa, Sá da Costa.
- UNESCO, 2003, *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, disponível em unesco.org, consultado em 2022-02-25.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e LUZ, Maria Albertina Mendes da, 1988, *Gramática da Língua Portuguesa*, trad. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. Lisboa, Edições 70.
- VENÂNCIO, Fernando, 2019, *Assim Nasceu uma Língua: Sobre as origens do português*, Lisboa, Guerra & Paz.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2013, «Toponímia do Funchal», in *Blogue Passos na Calçada*, disponível em <https://passosnacalçada.wordpress.com>, consultado em 2022-02-25.
- WALTER, Henriette, 1996, «O Português», in *A Aventura das Línguas do Ocidente*, Lisboa, Terramar.